

8º Encontro Setorial Nacional de Mulheres do PT

Fortalecer o Partido e Feminismo



*Secretaria Nacional de Mulheres do PT*

Guarulhos (SP), 26, 27 e 28 de outubro de 2001

## **FORTALECER O PARTIDO E O FEMINISMO**

Desde o surgimento do PT lutamos para que o partido se construa com uma visão socialista e feminista. Este é um compromisso que consideramos indispensável renovar e aprofundar a todo momento. A luta pela libertação das mulheres é parte essencial da luta anticapitalista, ainda que não se restrinja aos marcos da mudança do sistema econômico. Na história do partido, a organização das mulheres tem sido um elemento importante na sua vida política e para a construção do seu programa.

### **Fortalecer as mulheres e lutar pela equidade de gênero**

Na sociedade, as mulheres estão em posição de desigualdade. O poder dos homens sobre as mulheres se expressa no conjunto das relações sociais fazendo com que as mulheres participem nos diversos espaços da sociedade em condições de subordinação.

Vários fatores contribuem para a desigualdade entre homens e mulheres: religiosos, étnicos, culturais, econômicos e ideológicos. Relações de gênero é a expressão usada para identificar como as relações de desigualdade, entre homens e mulheres são construídas em nossa sociedade. As relações desiguais de gênero estão sustentadas pela divisão sexual e desigual do trabalho, pelo controle do corpo e da sexualidade das mulheres, pela violência sexual e doméstica, pela exclusão das mulheres nos lugares poder e de tomada de decisão, pelo trabalho doméstico e o cuidado com os filhos e a família.

O atual modelo de desenvolvimento capitalista se utiliza dessa opressão para a manutenção de uma sociedade que exclui vários setores e estrutura várias desigualdades articuladas entre si, de classe, raça, gênero, geração e orientação sexual. Nesse modelo, o Estado sempre intervém com o pressuposto de que as mulheres são um recurso disponível para complementar suas políticas. Em geral, não considera prioritário e, nem necessário, se preocupar com a socialização do trabalho doméstico, com o cuidado das crianças e das pessoas idosas. A naturalização das relações desiguais entre homens e mulheres, sua reafirmação cotidiana, tem sido um dos principais mecanismos para que mulheres e homens introjetem essa desigualdade e a reproduzam de forma acrítica, mesmo nos espaços onde a crítica social e política ao capitalismo é um aspecto importante.

A construção de uma sociedade democrática e justa deverá inverter essa lógica; exige políticas conscientes para reversão desse quadro. Um novo modelo de desenvolvimento

alternativo, que busque construir uma sociedade igualitária deverá ter, como uma diretriz de caráter transversal que perpassasse todas as ações, a perspectiva de alteração radical das relações hierárquicas e de discriminação entre homens e mulheres. Para que a sociedade seja democrática de verdade, é preciso um olhar para as relações de gênero, favorecendo a participação das mulheres para que elas ocupem os espaços de decisão.

Isso implica um conjunto integrado de políticas articuladas com setores da sociedade civil organizada, particularmente o movimento de mulheres, no sentido de garantir a igualdade entre homens e mulheres e alcançar uma cidadania por inteiro.

Consideramos que uma política de combate à desigualdade de gênero deve ter três eixos de intervenção, que deverão ser desdobrados em todas as áreas: construir as condições de autonomia pessoal das mulheres e combater sua super-exploração no capitalismo; incidir sobre a divisão sexual do trabalho também no âmbito privado; e garantir a autonomia das mulheres em relação a seus direitos reprodutivos e à sexualidade.

### **Condições de autonomia pessoal e combate à super-exploração no trabalho.**

A independência econômica é um dos elementos centrais da emancipação feminina, do direito pleno das mulheres à cidadania. O crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho assalariado nas últimas décadas é extremamente positivo. Todas as análises ressaltam, no entanto, as condições de desigualdade desta inserção. As mulheres recebem em média 58% dos salários dos homens.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho se caracteriza pela precariedade e pela segregação em ocupações de pouco prestígio e baixos níveis de remuneração. Precariedade porque estão concentradas na condição de trabalhadoras domésticas, trabalhadoras não remuneradas e para consumo próprio. Segregação, porque são, por exemplo, 92% das empregadas domésticas, 96% das professoras de ensino pré-escolar e 81% na indústria do vestuário. Há um leque restrito de opções e os salários estão cada vez mais baixos. Além disso, a taxa de desemprego é maior para mulheres do que para homens.

Esses dados mostram que, apesar da escolarização das mulheres, sua maior presença no mercado de trabalho e outras mudanças importantes, as desigualdades continuam sendo recriadas pelo capitalismo que “moderniza” suas formas de exploração. Isso cobra do PT uma análise efetiva destas novas formas de exploração e dominação para que o partido seja capaz de elaborar propostas e combater por uma política que considere as mulheres com direito pleno ao emprego, com medidas concretas de combate à discriminação no trabalho das mulheres.

É necessário lutarmos para que se crie um programa mulher e trabalho (independente daqueles dirigidos à pobreza), com o objetivo de formular e propor programas que combatam a discriminação referente ao trabalho da mulher, informar às trabalhadoras sobre seus direitos, criar ou agilizar os canais de denúncia e punição das discriminações, assim como promover e coordenar as políticas de emprego e trabalho com este objetivo.

Para garantir a autonomia pessoal e econômica das mulheres, o PT deve lutar, entre outras coisas:

- ★ por uma educação não discriminatória que objetive formar homens e mulheres de forma igualitária; e em igualdade de condições para o mercado de trabalho;

- ★ para que o Estado e as empresas cumpram sua obrigação de garantir creches dos 0 a 6 anos; denunciar todas as formas de discriminação das mulheres no emprego;

- ★ por medidas de controle e fiscalização, associadas a políticas de promoção, que eliminem as diferenças salariais entre homens e mulheres; a discriminação salarial é um fator central na super-exploração das mulheres;

- ★ na política habitacional priorizar a moradia no nome das mulheres, assim como garantir a posse das mulheres à propriedade rural;

- ★ garantir o acesso das mulheres a crédito nas políticas de geração de renda, no campo e nas pequenas e médias empresas.

### **Alterar a divisão sexual do trabalho na família**

A entrada das mulheres na vida pública é profundamente marcada por sua situação familiar e doméstica. A sociedade constrói a identidade e a imagem masculina indissociavelmente vinculada ao trabalho fora de casa, ao trabalho considerado produtivo. A construção das mulheres é feita ao revés. Para elas a identidade é construída a partir de seu papel na família. Sua responsabilidade com o trabalho doméstico e com o cuidado com os membros da família é o determinante. Assim, sua entrada no mercado de trabalho é pautada por esta identidade que tem, como uma de suas conseqüências, a apropriação do trabalho não pago das mulheres, já que o Estado se desresponsabiliza com a reprodução cotidiana dos indivíduos. Além disso, trabalha-se com um modelo idealizado de família em que, supostamente, as mulheres ficariam em casa enquanto os homens trabalham fora. Um modelo que não corresponde à realidade da maioria das famílias brasileiras.

Não há dúvidas que o Estado deve se responsabilizar pela socialização de uma grande parte do trabalho doméstico e garantir educação e cuidado em período integral a todas as crianças. Isso

implica considerar a creche (entendida aqui com a atenção até início da escola primária) como parte do sistema de ensino e estabelecer metas de transformação de ensino fundamental em período integral.

Outro ponto a ser enfrentado pelo partido é a modificação da divisão sexual do trabalho na família para que os homens também se responsabilizem por estas tarefas. A sobrecarga de trabalho para as mulheres constitui um fator de desigualdade que tem grande influência em toda sua vida. O trabalho doméstico e a responsabilidade com os filhos é, inclusive, uma das dificuldades encontradas pelas mulheres para sua atuação política.

### **Garantir o livre exercício dos Direitos sexuais e reprodutivos.**

A imposição da maternidade como uma carga e um destino é uma das principais características da opressão das mulheres. No mundo atual, essa imposição é marcada por uma política que tem aspectos contraditórios. Por um lado, uma maior ingerência sobre o corpo das mulheres em função da política de controle demográfico, em que as mulheres são vistas como os principais alvos. Por outro lado, pela inexistência das condições reais para que cada mulher possa planejar se quer ter filhos e em que momento de sua vida. As mulheres têm sido alvo dos métodos anticoncepcionais agressivos à sua saúde, do abuso das cesarianas como um caminho para a esterilização, da falta de opção real - para a grande maioria das mulheres- sobre qual método utilizar. Continuam sendo vítimas de mortes maternas que poderiam ser na grande maioria evitáveis, se houvesse um bom pré-natal, atendimento ao parto e pós parto. Este quadro se agrava, pois as adolescentes estão tendo filhos cada vez mais cedo. Frente à ausência de métodos anticoncepcionais e de educação sexual, no Brasil 20% dos partos são de adolescentes entre 10 e 19 anos. Por sua condição demoram mais tempo para buscar um pré-natal e além disso tem riscos específicos na gravidez e parto.

Ao mesmo tempo que as mulheres não têm um amplo acesso aos métodos anticoncepcionais e a outras informações, o aborto continua sendo para muitas a única opção de evitar uma gravidez indesejada. Isto é demonstrado pelo alto índice de aborto - 31% das gestações terminam em aborto. O fato do aborto ser considerado um crime no país, coloca as mulheres frente ao medo e à culpa e aumenta os riscos para a sua saúde e vida, por se submeter a aborto em condições inseguras. E o serviço de saúde não cumpre nem mesmo a lei, ou seja, atender às mulheres nos casos em que o aborto já está previsto na legislação brasileira. Recentemente, setores conservadoras da sociedade vêm desenvolvendo campanhas tentando eliminar qualquer

possibilidade dos acesso das mulheres a este direito. A disputa no Congresso Nacional exige uma atuação decisiva da bancada do PT na defesa dos direitos das mulheres.

Doenças em grande parte evitáveis, como o câncer de colo do útero e o de mamas, que poderiam ser tratados precocemente, são causas de muitas mortes por falta de atendimento adequado. E a ação do governo nesta área é movida pelos interesses da propaganda política, como as campanhas oportunistas e eleitoreiras promovidas pelo Ministério da Saúde.

A nossa luta para construir condições de autonomia sobre o corpo e o livre exercício da sexualidade implica reverter o atual quadro das políticas sociais, em particular da saúde e assistência social. O partido, e em particular a bancada do PT, tem um papel importante na defesa destas bandeiras.

Um sistema de saúde pública eficaz deve ser uma prioridade e, dentro dele, a implementação do PAISM (Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher) atualizado e ampliado para além da saúde reprodutiva. Nessa perspectiva, nossa luta é para garantir o exercício dos direitos reprodutivos, o que implica ter acesso a anticoncepcionais, atendimento ao pré-natal, parto e pós-parto e assistência em todas as situações que envolvem risco de doença ou morte materna e garantir o tratamento em casos de infertilidade. Implica, também, defender as condições necessárias ao planejamento da reprodução, inclusive com a descriminalização do aborto e o atendimento em condições dignas na rede pública de saúde. Em relação ao parto, combater o abuso das cesarianas e incentivar o parto normal e humanizado.

Além disso, é preciso garantir o direito das mulheres exercerem sua sexualidade: atuar para impedir qualquer discriminação por exercício de diferentes orientações sexuais, de forma que as mulheres possam exercer e ter práticas sexuais livremente escolhidas. Na prevenção da AIDS e doenças sexualmente transmissíveis, prevalece a dificuldade na relação com os parceiros homens que, por machismo, são os principais responsáveis pela contaminação das mulheres.

### **A violência contra as mulheres**

A violência doméstica e sexista é uma das principais manifestações da desigualdade entre homens e mulheres. Ela assim tem sido identificada por ser praticada dentro de casa por pais, irmãos, padrastos, maridos e companheiros contra às mulheres. É também conhecida como violência de gênero porque as diferenças entre homens e mulheres funcionam como desigualdades e servem, como dissemos anteriormente, para oprimir, diminuir e desvalorizar as mulheres

No Brasil, a cada quatro minutos uma mulher é agredida em seu próprio lar, em geral, por quem ela mantém uma relação de afeto. Essa é uma realidade que se agrava a cada dia, incrementada por outras formas de violência, como o turismo sexual, a exploração e abuso sexual de meninas e adolescentes e o tráfico de mulheres.

A construção de políticas que garantam a autonomia pessoal e econômica das mulheres é essencial para alterar as relações de violência - políticas de emprego, habitação, educação e mudanças legais que possibilitem aumento de poder para as mulheres, combatendo a real condição de discriminação social, econômica e política da mulher, o padrão machista de relações entre os sexos, a impunidade dos agressores, a reprodução dessa violência pelo próprio Estado.

É necessário lutar por um programa nacional de combate à violência contra as mulheres, que articule prevenção e apoio às mulheres vítimas de violência, bem como as alterações necessárias na legislação brasileira.

### **O PT e as políticas públicas**

O Partido dos Trabalhadores criou instâncias partidárias que favorecem a inclusão das mulheres nos lugares de poder - secretarias estaduais e nacional de mulheres do PT. Após as eleições de 1988, foram criadas as Coordenadorias da Mulher nas administrações petistas, para implementar políticas públicas voltadas para as mulheres e promoção da equidade de gênero. Contudo, essas instâncias ainda não são 'marcas dos governos do PT', como o Bolsa Escola e o Banco do Povo, por exemplo. Apesar de todo o esforço das feministas petistas que estão nos nossos governos, muitas vezes tem sido uma luta a implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres e, em muitos casos, essas instâncias são criadas com estruturas precárias e sem nenhuma força ou capacidade de articulação dentro dos governos. A constituição de Coordenadorias da Mulher com capacidade de atuação no mesmo nível das secretarias, de forma a poder intervir nos centros de elaboração das políticas, é um elemento chave para se construir políticas de gênero que tenham eficácia e capacidade de intervenção nos governos.

Nossa concepção do papel do governo na implementação de políticas públicas implica reverter a lógica do Estado, que sob a alegação de estar realizando uma política "para todos" discrimina e torna homogênea uma política que deve respeitar e atender a população de acordo com a sua diversidade. Para combater de verdade a discriminação é preciso considerar que deve-se tratar desigualmente os desiguais. Para isso é necessário um *Plano de Igualdade* que estabeleça metas e medidas de combate à desigualdade entre mulheres e homens. O Estado deve remover os obstáculos e interferir sobre os fatores que reproduzem as desigualdades na

sociedade. O Estado como gestor - no plano municipal, estadual ou federal- é responsável pela implementação de políticas públicas que interferem no cotidiano dos indivíduos. Estas políticas devem ser pensadas do ponto de vista de direitos. A visão de políticas públicas dirigidas às mulheres como direitos é ainda muito restrita, em grande parte porque muitas destas políticas estão diretamente relacionadas com o privado, familiar. Os organismos das administrações e governos devem:

- ★ formular diretrizes, elaborar, executar e/ou coordenar políticas em todos os níveis no âmbito da administração pública, direta ou indireta, que garantam a implantação de políticas antidiscriminatórias nas áreas de trabalho, saúde, violência, educação, divisão do trabalho doméstico.

- ★ na elaboração de políticas públicas devem priorizar as áreas que interferem diretamente na situação das mulheres na sociedade, alterando sua condição de discriminação;

- ★ formular propostas de mudanças na legislação, fiscalizar e fazer cumprir a legislação que assegure os direitos das mulheres;

- ★ elaborar um planejamento sobre os direitos das mulheres que normatize a ação do governo de forma a alterar o padrão de relação dos organismos públicos com as mulheres como cidadãs;

- ★ democratizar o debate sobre políticas públicas e decisões de governo com o conjunto da população e as mulheres, o que pressupõe reconhecer as mulheres enquanto uma força política.

### **10 ANOS DE POLÍTICA DE COTAS NO PT**

Estamos completando 10 anos da política de cotas e inclusão das mulheres nos espaços de decisão do partido: diretórios, secretarias, por exemplo, e inclusão de mulheres nas listas de candidaturas aos cargos legislativos e executivos. A política de cotas e decisão das ações afirmativas no Partido dos Trabalhadores, ao longo desses anos provocou algumas mudanças nas relações sociais no partido, considerando que tanto as mulheres quanto os homens foram obrigados/as a reconhecer a discriminação de gênero e o quanto isso é presente em nosso partido. Trouxe um aprendizado e crescimento político das mulheres e garantiu mais poder para as mulheres, quando muitas foram obrigadas ao exercício da fala pública, com o lugar de dirigentes partidárias, com as candidaturas de mulheres, com cargos nos governos etc. Além disso, contribuiu para ampliar a discussão das especificidades das mulheres junto aos governos petistas.

Apesar de todas as conquistas atingidas, ainda há muito a fazer e muitos desafios a enfrentar para a superação da desigualdade entre homens e mulheres e para a real melhoria da qualidade de vida das mulheres. A política de cotas por si só, não garante a efetiva participação das mulheres e nem a discussão do feminismo e da opressão de gênero no partido.

As ações afirmativas, a política de cotas para as eleições parlamentares em todos os níveis, como forma de superar a quase ausência das mulheres nesses espaços são algumas iniciativas para reverter um quadro de desigualdade entre homens e mulheres nesse campo. Entretanto, é notória a dificuldade das mulheres em participarem da vida política, principalmente para pleitearem um cargo no executivo ou no legislativo. Essas dificuldades se materializam no que se referem à administração e conciliação com as atividades domésticas, a falta de recursos financeiros, o poder de argumentação e prática com a fala pública, por exemplo.

Precisamos de um partido forte e identificado com a luta das mulheres. E para isso é preciso garantir a discussão de gênero e raça em todos os momentos da vida partidária: nas atividades de formação, nas campanhas políticas, nos programas de governo. É importante estimular a organização das mulheres, garantir a formação de novos quadros, ampliar a nossa capacidade de mobilização, aprofundar a solidariedade entre as mulheres, dentro e fora do PT, implementar políticas afirmativas em todos os níveis, profissionalizar mulheres.

É preciso garantir que a política de ações afirmativas seja uma realidade no PT: Isso significa investirmos na formação política e na organização das mulheres, garantir a política de cotas em todos os espaços do partido, a implementação de políticas públicas que visem a equidade de gênero em nossas administrações e fortalecer as secretarias estaduais e nacional de mulheres.

### **Garantir o compromisso do conjunto do PT com a luta das mulheres.**

A defesa de uma plataforma feminista deve ser parte essencial do programa político do PT. No seu compromisso com os setores oprimidos e na construção de sua intervenção cotidiana, o partido deve se colocar como defensor intransigente dos direitos das mulheres. Isso, freqüentemente, levantará contradições com os setores conservadores da sociedade. E, em relação ao combate à discriminação das mulheres, ao machismo, as alianças não são necessariamente fáceis. Nem sempre setores de esquerda ou progressistas compartilham uma perspectiva de igualdade de gêneros ou compreendem o papel da subordinação das mulheres na sociedade. Isso torna ainda mais importante a coerência das posições do PT. E é na defesa desta coerência que queremos pautar nossa luta e nossa intervenção no partido e na sociedade.

*Secretaria Nacional de Mulheres do PT*